

Brasil

AS MUDANÇAS QUE O PAÍS ESPERA

DESAFIOS Apesar das conquistas sociais das últimas décadas, o país está muito distante de responder aos desafios da democracia e da justiça social. Esse quadro exige decisão e coragem para a implementação das reformas estruturais que o Brasil precisa

Leonardo Gomes Bezerra

ORDEM N

Em junho de 2013, o Brasil viveu momentos que há muito tempo a sua população não via. Diversas manifestações estouraram em todo país. Inicialmente, o objetivo dessas mobilizações era protestar contra o aumento da tarifa de ônibus urbano, mas, em pouco tempo, assumiram antigas bandeiras, cobrando soluções para questões atuais e de sempre: corrupção, malversação de dinheiro público, má qualidade dos serviços de Saúde, Educação e Segurança; grandes dificuldades para a mobilidade urbana e sérios problemas com o meio ambiente. Faixas com a frase “O Brasil Acordou” multiplicavam-se pelas ruas e avenidas, obrigando os Poderes Executivo e Legislativo a se posicionarem diante da insatisfação popular.

As manifestações voltaram à tona neste ano por ocasião da Copa do Mundo. O estopim de tudo foram os protestos contra os gastos para a realização do Mundial de futebol em detrimento de investimentos sociais. Mas essas manifestações serviram, sobretudo, para chamar a atenção de toda a população e dos políticos, em particular, para os persistentes desafios enfrentados pelo nosso país e que dizem respeito ao tripé básico do desenvolvimento: Educação, Saúde e Segurança, e tudo o que vem atrelado a essas questões. A revista “Pano de Fundo” conversou com alguns cientistas políticos e formadores de opinião sobre os principais desafios que os próximos representantes políticos terão de enfrentar em vista do desenvolvimento do país nos próximos quatro anos.

Para começo de conversa, existe entre todos os entrevistados um consenso de que, nas últimas décadas, o Brasil assistiu a um real crescimento em setores sociais, econômicos e culturais. Mas existe também um consenso de que muito ainda deve ser feito em relação à garantia da justiça e da igualdade no país. O primeiro passo necessário é, segundo os especialistas entrevistados, a consolidação do processo democrático e a efetivação das reformas políticas e do Judiciário que o país espera.

O desafio da democracia

O Brasil desenhou-se como Estado democrático de Direito a partir da Constituição de 1988, que ficou conhecida como “Constituição Cidadã”, justamente, devido às suas garantias de maior participação popular na escolha dos governantes e de maior justiça social. A Carta Magna garantiu um sistema político mais representativo das inúmeras diversidades culturais, regionais e sociais do povo brasileiro, promovendo, assim, um modelo de desenvol-

vimento mais inclusivo. No entanto, a consolidação do processo democrático no Brasil continua sendo um desafio, em decorrência de problemas estruturais nos âmbitos econômicos, políticos e administrativos que o país ainda não conseguiu resolver.

Na opinião do cientista político e professor da Faculdade Asces, Marconi Aurélio e Silva, o país ainda sofre as consequências de percalços econômicos, cujo resultado principal foi o aumento da desigualdade e da exclusão social. Um destes percalços foi a crise do petróleo, dos anos de 1970. O Brasil teve de enfrentar a baixa capacidade de poupança e os gargalos produtivos nacionais em decorrência de uma economia mais focada na produção de bens primários e no setor de serviços, e menos na indústria de transformação com maior valor agregado. Ao mesmo tempo, durante essa década, ocorreu no país um intenso crescimento demográfico, sobretudo nas camadas mais pobres da sociedade.

Outro grande percalço que contribuiu para o panorama atual foi a crise inflacionária no final dos anos de 1980. Antes, na crise dos anos de 1970, o Brasil importava 80% do petróleo produzido. Portanto, a falta deste produto causou um impacto inflacionário muito forte e interrompeu o famoso “milagre brasileiro”. O Brasil acumulou uma dívida externa que superava 100 bilhões de dólares, o que, em 1986, levou o presidente José Sarney a decretar a moratória das dívidas e a interromper as negociações com os credores.

Silva recorda que, na década de 1990, o país assistiu à sua abertura econômica e à sua inclusão no processo de globalização econômica. E esse processo pode ser apresentado como outro percalço para o caminho de crescimento democrático do país. A liberalização cambial e a redução da influência do Estado na economia, a partir do programa de privatizações, interromperam ou mudaram o rumo do processo de aperfeiçoamento institucional e de promoção das políticas sociais compensatórias. Nesse contexto, as demandas populacionais só aumentaram com políticas econômicas recessivas e concentradoras de riquezas.

A década de 2000 foi caracterizada, segundo o cientista político, pela consolidação, no nosso país, de governos com políticas de cunho eminentemente social e de caráter mais assistencialista. Essas políticas garantiram melhoria na renda do país, criação de postos de trabalho, intensa mobilidade social, além do acesso a bens e serviços, mas, sistematicamente, até então restritos à minoria. A população de →

baixa renda e uma nova classe média começaram a ter acesso à casa própria, bens automotores, computadores e celulares com acesso à internet, viagens nacionais e internacionais, planos de saúde privados, formação universitária, entre outros benefícios. No entanto, não foram feitas as reformas estruturais que o país precisa, de forma que, apesar da melhoria nos índices sociais, os principais problemas do país continuaram existindo.

Segundo Silva, todas essas transformações no âmbito social, aliadas à maior oferta de informações, permitiram aos eleitores maior exigência, conhecimento e criticidade no contexto de suas relações políticas. Na opinião do professor, as mobilizações de 2013 foram uma demonstração desse maior esclarecimento de parte da população em relação aos descasos da gestão estatal em áreas como educação, saúde e infraestrutura. Tudo isso denota, afirma o professor, que a sociedade passou por muitas mudanças, mas o Estado não se modernizou e nem se aperfeiçoou na mesma rapidez da conscientização e mobilização da sociedade.

Reforma Política

O fenômeno das manifestações parece ter conscientizado a sociedade sobre o seu direito de exigir um Estado democrático e de cobrar mais responsabilidade dos atuais candidatos a cargos políticos e dos outros gestores públicos. Mas para que essas reivindicações possam ser atendidas, será preciso acontecer antes algumas mudanças estruturais no nosso país. A primeira destas mudanças que devem ocorrer é, segundo alguns entrevistados, a reforma política.

A esse respeito, o também cientista político e professor da Asces, Vanuccio Medeiros Pimentel, explica



que, mesmo com todos os avanços, no âmbito político, da Constituição de 1988, muitos problemas ligados ao nosso sistema político não foram superados. Isso explica porque aumentou, nas últimas décadas, a conscientização e a participação política dos cidadãos, mas os problemas relacionados ao exercício do mandato político continuam os mesmos.

Para Pimentel, é necessário avançar muito na direção da reforma do sistema político. Segundo ele, os brasileiros deram muitos passos no que diz respeito a “terem consciência política”, o que é, sem dúvida “importante para vida de todos, principalmente dos jovens”. No entanto, a atenção e a energia da sociedade estão mais direcionadas aos problemas dos políticos em si do que aos limites do nosso sistema político. Como acontece, por exemplo, com a legalidade dos financiamentos privados de campanha, por meio dos quais empresas e grupos empresariais con-

seguem pressionar o governo para defender os próprios interesses em detrimento dos interesses públicos.

Também para o jornalista e militante dos direitos humanos, Ivan Moraes Filho, uma reforma política é fundamental para as mudanças que o Brasil precisa. Ele, que integra o Centro de Cultura Luiz Freire, é da opinião que os brasileiros só estão fazendo a experiência da democracia no período eleitoral, como se votar fosse o bastante. Mas, segundo ele, o voto não pode ser uma “carta branca” para que os eleitos façam o que bem quiserem. Portanto, é imprescindível que sejam criados mecanismos realmente eficazes de participação direta dos cidadãos no destino do país.

“Hoje, temos conselhos, realizamos conferências e audiências públicas sobre diversos temas, mas as resoluções definidas nesses espaços nem sempre se transformam em políticas”, afirma o formador de opinião. E, em relação às eleições, ele



(Foto: Divulgação)

questiona: “Como podemos considerar democráticas eleições em que o poder financeiro ainda é decisivo na hora de se escolher os candidatos? Ou como considerar democrático o processo eleitoral se a maior parte da população não compreende como funciona, por exemplo, o coeficiente eleitoral que define os eleitos para as casas legislativas?”

Reforma do Judiciário

Cobrar mudanças no sistema político brasileiro é necessário e urgente, mas, segundo os entrevistados, a reforma política não é a única a ser feita em função da consolidação da democracia. Também o Poder Judiciário deveria passar por uma reforma.

O escândalo do mensalão do Partido dos Trabalhadores (PT) – esquema de compra de votos, orquestrado por políticos ligados ao então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, membros do PT, políticos de outros partidos e empresários – impulsionou o Judiciário a realizar um

processo inédito de julgamento e condenação de envolvidos num esquema de corrupção. A população pôde assistir admirada à prisão de mais de dez políticos, empresários e funcionários públicos.

Para a opinião pública, o processo ao mensalão transformou o Supremo Tribunal Federal (STF) no grande guardião da justiça e o seu ex-presidente, Joaquim Barbosa, num herói nacional. Com efeito, os brasileiros experimentaram a sensação de que a impunidade, que alimenta a corrupção, poderia ser combatida, e, desse modo, o STF tornava-se o grande salvador do país.

Mas, para o jornalista e especialista em política, César Rocha, a questão é mais complexa. Segundo ele, o Judiciário ainda está longe de ser totalmente independente e democrático nas suas decisões. “Não acredito em autonomia do Judiciário em relação à política no Brasil. Apesar de este Poder ser composto por quadros concursados, a ascensão na carreira, sobretudo nos escalões mais elevados, depende e muito da articulação com a política, com os partidos, com o Legislativo e o Executivo, em geral”, explica o especialista.

O cientista político Vanuccio Pimentel compartilha da mesma opinião e recorda que, enquanto os representantes dos Poderes Legislativo e Executivo são eleitos democraticamente, os do Judiciário são eleitos indiretamente. Com efeito, são os membros dos outros dois Poderes democraticamente constituídos que escolhem aqueles que estarão na cúpula do Poder Judiciário e, desse modo, estabelece-se um vínculo natural entre estes e os políticos. Por isso, “em certas situações, o Poder é conivente com os políticos e, em outras, é um fiscalizador fer-

nho deles”, justifica.

“A reforma do Judiciário é importante para desvincular este Poder da política, e garantir que ele não se desvincule da democracia. Além disso, o Judiciário não pode ser completamente isolado e não responder a ninguém. Tem que ser democrático”, afirmou Pimentel. Nessa linha, o cientista político destaca que o Judiciário fiscaliza os demais Poderes, mas nenhum Poder fiscaliza o Judiciário.

“Pela lógica do regime federativo, cada um dos Poderes deveria fiscalizar os outros e a população deveria fiscalizar os três. No caso do Judiciário, o Poder não é democratizado, você não tem acesso às informações impedindo, assim, a sua democratização”, enfatiza Pimentel.

Direitos humanos

Para o jornalista Ivan Moraes, outro grande desafio que o Brasil deverá enfrentar é a garantia dos direitos humanos em todas as suas expressões. De fato, segundo ele, os direitos humanos não são prioridade nem nos discursos nem nos programas de nossos representantes políticos. Algumas questões como a saúde e a educação estão presentes nos discursos de campanha e em alguns planos de governo, mas, raramente, são tratadas por aquilo que são, ou seja, como direitos humanos. “Como é do Estado o dever de garantir esses direitos, podemos imaginar o tamanho do nosso problema”, ressalta o jornalista.

Além disso, para Moraes, muito dificilmente esses direitos são apresentados na sua relação com outros direitos, o que seria imprescindível para a sua garantia. “Os direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes e reconhecer isso é um desafio. Não adianta priorizar a

→



(Foto: Antônio Cruz/ABr)

saúde e a educação sem ter consciência que a efetividade destes direitos precisa necessariamente dos outros”, conclui.

Em relação aos direitos sociais, o cientista político Vannuccio Pimentel afirma que as políticas sociais dos últimos governos foram muito importantes. Por isso, segundo ele, elas devem ser aprimoradas e melhoradas pelos próximos governantes, em vista do bem comum. Para o estudioso, ninguém admite mais a prática, muito comum entre nossos políticos, de descontinuidade nas obras e projetos iniciados por aqueles que representam grupos concorrentes.

Também o cientista político Marconi Aurélio ressalta a importância de manter as políticas sociais, mas explica que, do ponto de vista administrativo, um grande desafio para os próximos governantes do Brasil será conciliar a manutenção dos benefícios sociais à população com a indução do investimento em infra-

estrutura e modernização, sobretudo produtiva.

No entanto, investimento em modernização não quer dizer, segundo o estudioso, investir apenas em estradas, portos e aeroportos. “É preciso, sobretudo, investir em educação para aproveitar as novas oportunidades que surgem do turbulento cenário internacional, sobretudo, melhorando o acesso à formação profissional de alto nível e a intermediária, de modo que nossa força de trabalho possa se sofisticar, agregar valor, ocupar novos espaços e promover a competitividade de nossos produtos e serviços”, afirma ele.

Também Pimentel compartilha da ideia de que o investimento em educação é prioritário para a consolidação do crescimento do país. Sobre tudo pela relação que, segundo ele, existe entre a educação e a geração de empregos de qualidade. “Para o Brasil continuar se desenvolvendo, precisa continuar gerando emprego e

investir em educação. O país não vai crescer se não tiver gente qualificada em todas as áreas do conhecimento e nisto estamos muito atrás. Com isso, a tendência é dar continuidade à geração de empregos, pois ao promover a educação você gera qualificação, você vai profissionalizando e as coisas vão crescendo internamente”, declara o estudioso.

Sociedade mais participativa e consciente

Apesar de todos os desafios para a consolidação da democracia no nosso país, todos os entrevistados concordam com o fato de que, nas últimas décadas, houve um crescimento do nível de exigência, criticidade e participação dos cidadãos na vida política. Para o jornalista César Rocha, as pessoas estão mais conscientes do próprio protagonismo na mudança da realidade e estão exigindo mais coerência por parte de

seus representantes políticos. “Isso a gente pôde ver nas manifestações do ano passado, mas tem visto também, por exemplo, no grande número de queixas nos Procons, na intolerância cada vez maior no que diz respeito à corrupção”, explica ele.

Na mesma linha, o também jornalista Ivan Moraes apresenta o movimento #ocupeestelita, na cidade do Recife, como um importante exemplo da participação dos cidadãos na busca de soluções para os problemas que atingem toda a sociedade. “A cada semana cresce o número de pessoas que vão às ruas para dizerem que não aceitam que construtoras definam como se dará o planejamento urbanístico da cidade”, exemplifica ele.

O cientista político Vanuccio Pimentel também vê no #ocupeestelita um forte exemplo da mudança que está ocorrendo na sociedade. Trata-se, segundo ele, de um movimento que surgiu no ambiente universitário e que, por meio das redes sociais, está conseguindo “pautar as preocupações de toda sociedade”. “Percebe-se que não dá mais para fazer as coisas de qualquer jeito, pensando que as pessoas não vão dizer nada. Não é mais assim”, enfatiza.

Nesse contexto, Pimentel destaca a importância das mídias sociais e o impacto que elas estão tendo na política. E explica: “Hoje em dia, você não precisa mais de um político, ou alguém que lhe dê voz, porque, numa rede social, em dez minutos, sua opinião chega a um grupo e pode gerar aquilo que podemos chamar de massa de apoio”.

Embora concordando com a opinião de que as manifestações são uma demonstração de maior conscientização da sociedade, Marconi Aurélio alerta para o fato de que essa participação “não se dá mais apenas com as passeatas nas ruas e com



(Foto: Média Ninja)

#ocupeestelita

Manifestação em prol do Cais José Estelita, ameaçado pelo projeto “Novo Recife”, do consórcio formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos, que compraram o terreno da RFFSA em leilão no ano de 2008. O projeto está em fase de análise na prefeitura do Recife. Qualquer intervenção na área foi suspensa por determinação do Ministério Público.

A proposta do #ocupeestelita é chamar a atenção para a importância histórica e cultural da área do Cais e, principalmente, mostrar que existem muitas possibilidades de reativá-la e que a proposta do consórcio empresarial não é a única maneira de integrá-la à cidade. Mais informações: [direitos urbanos | recife](#)

métodos de articulação oposicionista ou reacionária arcaicos”. Para o cientista político, essa participação tem sido cada vez mais inovadora e decorre, entre outras coisas, do aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência, do aprofundamento do debate sobre orçamento, de uma maior profissionalização da gestão pública, assim como do desenvolvimento de instrumentos de controle social quanto à atividade política.

Para concluir, Pimentel chama a atenção para a importância da educação nesse processo de participação e

conscientização da sociedade. Ele defende que, quando as pessoas são educadas, quando percebem e tomam consciência da própria realidade, elas se mobilizam. Com efeito, defende o estudioso, a educação gera consciência e leva as pessoas a desejarem discutir, participar, dar opinião, querer ser ouvida. “Saber como relacionar-se com esse novo tipo de ator social será um dos maiores desafios dos representantes políticos que elegermos nas próximas eleições”, enfatiza Pimentel. ■